

PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Claudia de L. Ribeiro¹, Simone S. de Oliveira², Cristina Maria.C. Delou³, Manuel Gustavo.I. Ribeiro⁴

¹Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI), Universidade Federal Fluminense (UFF)

²Coordenadora de Educação Inclusiva, Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ

³Orientadora do CMPDI-UFF, Diretora da Escola de Inclusão(UFF)

⁴Orientador do CMPDI-UFF, Professor do Instituto de Biologia (UFF)

RESUMO

Esta pesquisa envolveu a proposta de um Curso de Formação Continuada em Educação Especial para professores das salas de recursos multifuncionais e das salas regulares da rede municipal de ensino, dentre outros profissionais, do município de São José do Vale do Rio Preto/RJ. O objetivo foi contribuir para a mudança do olhar docente e de sua prática profissional de atendimento educacional especializado, buscando introduzir conhecimentos que pudessem auxiliá-los, como forma de avançar na política de educação inclusiva. O curso consistiu de 8 módulos temáticos com encontros presenciais e à distância, escolhidos com base nas demandas do município. Os resultados dos questionários de avaliação do curso mostraram que a experiência foi de grande relevância e uma oportunidade de mudanças e progressos. Os conhecimentos teóricos e práticos discutidos de forma coletiva foram oportunos, possibilitando o surgimento de metodologias apropriadas, uso de tecnologias assistivas e melhoria do atendimento aos estudantes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Atendimento Educacional Especializado, Formação continuada; Formação docente.

ABSTRACT

This research involved the proposal of a Continuous Training Course in Special Education for teachers of the multifunctional resource rooms and the regular rooms of the municipal teaching network, among other professionals, in the municipality of São José do Vale do Rio Preto / RJ. The objective was to contribute to the change of the teacher's perspective and his professional practice of specialized educational service, seeking to introduce knowledge that could help them, as a way to advance in the policy of inclusive education. The course consisted of 8 thematic modules with face-to-face and distance meetings, chosen based on the demands of the municipality. The results of the course evaluation questionnaires showed that the experience was of great relevance and an opportunity for change and progress. The theoretical and practical knowledges discussed in a collective way were convenient, allowing development of appropriate methodologies, use of assistive technologies and improvement of student care.

Keywords: School Inclusion, Specialized Educational Assistance, Continuing Education; Teacher training.

INTRODUÇÃO

O Brasil assumiu o compromisso de transformar a educação em sistema educacional inclusivo após a Conferência Mundial em Educação Especial (EE), que resultou na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece que “a escola deve se adaptar ao aluno e não o aluno à escola”. Este compromisso foi reafirmado após o Fórum Mundial de Educação (UNESCO, 2015), em cuja Declaração de Incheon os países signatários se comprometeram a “assegurar a educação inclusiva e

equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Com o surgimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2003), novos conceitos e metodologias foram compartilhados para atender à gestão e à prática pedagógica, dando respaldo aos estados e municípios na construção de escolas mais inclusivas, democráticas e de qualidade (BRASIL, 2006). A Política Nacional de EE (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011) estabelecem como público-alvo da EE os educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (AH/SD), devendo garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização, oferecidos em caráter de complementação ou de suplementação pelo professor especialista no atendimento educacional especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) como um suporte pedagógico. As SRMs são dotadas de equipamentos de informática, mobiliário e materiais didático-pedagógicos apropriados para o trabalho com os estudantes e, no município em questão, podem ser classificadas como Tipo I, pois dispõem de itens (microcomputador com gravador de CD e leitor de DVD, fones de ouvido, microfones, scanner, impressora a laser, teclado, mouse com entrada para acionador, materiais pedagógicos, jogos - bandinha rítmica, dominó, memória de numerais, quebra-cabeças, dominó de animais em Língua de Sinais, memória de antônimos em Língua de Sinais, tapete quebra-cabeça, dominó com textura, estante para leitura, mesa com cadeiras para computador e mesa com cadeiras para atendimento aos alunos, armário de aço, quadro branco, entre outros materiais) que não conferem acessibilidade para estudantes com deficiência visual.

Cabe ao gestor público garantir a construção de Programa de Formação de Professores para atuar na SRM e prestar AEE. Espera-se também que ele oportunize Educação Continuada aos professores em serviço, estimulando uma visão holística e proporcionando momentos para trocar experiências e repensar a escola enquanto instituição que reconhece a diversidade, favorecendo aos estudantes a permanência, participação e aprendizagem.

Dessa forma, acredita-se que a formação continuada é oportuna para que o professor tenha preparo suficiente, possibilitando o surgimento de metodologias apropriadas, uso de tecnologias assistivas e melhoria do atendimento. Sabe-se que a política de EE no Brasil tem avançado com mudanças conceituais e estruturais e na formação docente. Todavia, frequentemente se questiona a frequência, o formato e o conteúdo dos cursos e atividades ofertados aos professores voltados ao AEE, sugerindo que a formação deixa muito a desejar.

Considerando o interesse da prefeitura do município de São José do Vale do Rio Preto/RJ na construção de Políticas Públicas em EE na perspectiva da Educação Inclusiva, além da necessidade na melhoria do atendimento aos estudantes com necessidades especiais, foi estabelecida uma parceria com o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, tendo como princípio a troca entre a Universidade e a Sociedade envolvendo aspectos transformadores da realidade social.

Esse trabalho visou contribuir para a formação continuada dos professores e o processo de avaliação dos estudantes da EE, atendendo às demandas identificadas no município, elaborando a proposta do Curso de Formação Continuada em Educação Especial (CFCEE) contendo 8 módulos (ver abaixo). O município possuía em 2017 3.082 estudantes nas 12 escolas, com o universo de 260 professores, sendo 219 regentes, dos quais 15% participaram do curso. Além disso, possui 6 SRMs, que realizaram 140 atendimentos no ano de 2016 (dados do relatório de 2017 - setor de EE).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender o conceito de “formação” e analisar os princípios formadores da profissão docente são pressupostos centrais para a compreensão do processo de formação no qual os professores estão envolvidos. É necessário perceber que a formação vai além da mudança na capacidade profissional e deve estar aliada as mudanças do contexto, o que “condicionará as práticas formativas e a repercussão no professorado e, é claro, a inovação e a mudança” (IMBERNÓN, 2009, p. 10).

Segundo Perrenoud (2000), é preciso atingir as práticas docentes que, quando acompanhadas e renovadas, têm poder transformador dessa realidade. Daí a importância da formação continuada do professor, com preparação específica, de modo a atender não só necessidades diagnosticadas no processo de aprendizagem, mas a enfrentar os desafios da educação, num mundo em constantes mudanças. Uma formação continuada onde ocorra a discussão sobre as práticas de ensino pode despertar nos professores a vontade de refletir sobre os seus percursos profissionais e a construção da sua identidade (NÓVOA, 1995).

A educação inclusiva pressupõe práticas pedagógicas diferenciadas e de educadores preparados, capacitados para dar o atendimento adequado e necessário aos estudantes portadores de necessidades especiais, cuja pluralidade deve ser reconhecida e respeitada. Cabe ao professor inclusivo competências específicas que nem sempre são adquiridas nos cursos regulares de formação: criar situações ricas em estímulos para aprendizagem, que promovam o desenvolvimento do potencial do estudante; identificar as dificuldades

especiais dos estudantes para o atendimento mais adequado; utilizar-se de métodos apropriados às necessidades apresentadas; cuidar para que sua postura possibilite a interação progressiva do educando, contribuindo no seu processo educacional. A formação continuada permanente reconhece que o trabalho educativo e a formação são atividades coincidentes, combinam elementos teóricos com situações de prática. O professor, ao utilizar conhecimento teórico para fundamentar sua prática, é capaz também de gerar novos conhecimentos que subsidiarão sua prática.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da pesquisa optou-se pela metodologia de Pesquisa/Ação colaborativa, onde o professor participante se torna pesquisador e tanto o or-

ganizador da pesquisa quanto os docentes são agentes envolvidos na transformação da realidade em que estão inseridos (IBIAPINA, 2008; JORGE e PEREIRA, 2017).

Na primeira etapa do trabalho foi oferecida uma palestra no Seminário de Abertura do ano letivo do município (03/02/2017) intitulada "Políticas Públicas em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva". Essa atividade foi aberta ao público e teve como princípio a sensibilização das escolas e dos profissionais da educação, assim como assistentes sociais, profissionais da saúde e do quadro administrativo, para refletir sobre a diversidade e inclusão e, assim, estruturar um sistema educacional inclusivo. Estiveram presentes 296 pessoas e foi distribuído um questionário (Quadro 1) acerca do tema "Inclusão escolar".

Assinale a alternativa que melhor resume sua opinião sobre cada um dos itens abaixo:

- Concordo totalmente*
- Concordo parcialmente*
- Indiferente*
- Discordo parcialmente*
- Discordo totalmente*

- 1. A Inclusão é uma questão importante na sociedade.*
- 2. Existe lei que assegura o direito das pessoas com Deficiência.*
- 3. Pode-se considerar uma pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas.*
- 4. A educação constitui direito da pessoa com Deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo apenas na educação básica, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.*
- 5. A escola possui um Projeto Político Pedagógico que institucionaliza o atendimento educacional especializado e os demais serviços e adaptações para atender às características dos estudantes com Deficiência, garantindo pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.*
- 6. É previsto em lei a necessidade de profissional de apoio escolar que exerça atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência em todas as atividades escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, instituições públicas e privadas.*
- 7. A Deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, conservar sua fertilidade, em alguns casos autorização de esterilização compulsória.*
- 8. É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com Deficiência.*
- 9. Cabe a avaliação da Deficiência, quando necessária, ser realizada por equipe multiprofissional.*
- 10. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar formação de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras e de profissionais de apoio.*

Quadro 1: Questionário preliminar - respondido respeitando uma escala de Likert (LIKERT, 1932).

A segunda etapa foi a realização do CFCEE com 8 módulos (Quadro 2), de março a outubro de 2017, sendo cada um com 4 encontros mensais de 4h (2 presenciais e 2 à distância), totalizando 128h. Soma-se a isto a carga de orientação para o trabalho final, em modelo de relato de experiência, distribuído em 24 horas à distância e 24 horas presenciais (Quadro 2). Cada ministrante (mestre/mestrando ou professor do CMPDI) disponibilizou referenciais bibliográficos mais adequados em termos de abrangência temática, disposição sequencial e perspectiva de abordagem. A organização do curso permitiu que os conhecimentos teóricos fossem discutidos e ressignificados a partir das diversas situações práticas vividas no cotidiano escolar, possibilitando intervenções mais pertinentes de forma mais efetiva às demandas das situações de trabalho.

Componentes curriculares	Mês/Turno	Carga horária	
		À distância	Presencial
Altas Habilidades/ Superdotação	Março/ M	8	8
Deficiência Auditiva	Abril/ T	8	8
Deficiência física	Maio / T	8	8
Deficiência Múltipla	Junho/ M	8	8
Deficiência Visual	Julho/ T	8	8
Deficiência Intelectual	Agosto/ M	8	8
Transtorno Espectro Autista	Setembro/T	8	8
Transtornos específicos de aprendizagem	Outubro/ M	8	8
Trabalho final do curso	Novembro	24	24
Total de horas = 176			

Quadro 2: Estrutura do CFCEE.



Figura 1: Fotos do Seminário de abertura do ano letivo de 2017 (acervo dos autores).

	1ª questão	2ª questão	3ª questão	4ª questão	5ª questão	6ª questão	7ª questão	8ª questão	9ª questão	10ª questão
1. Concordo totalmente	94%	87%	62%	13%	29%	78,7%	6%	100%	94,7%	90,7%
2. Concordo parcialmente	6%	11%	35%	31%	25%	16,7%	22%	0%	4,7%	8,7%
3. Indiferente	0%	0%	0%	1%	5%	0,6%	1%	0%	1%	0%
4. Discordo parcialmente	0%	1%	2%	17%	21%	2%	19%	0%	0%	0,6%
5. Discordo totalmente	0%	1%	1%	38%	20%	2%	53%	0%	0%	0%

Quadro 3: Distribuição em escala de Likert (1-5) das respostas ao questionário preliminar (Quadro 1). Os dados foram expressos em porcentagem do total.

RESULTADOS E ANÁLISES

O Seminário de abertura do ano letivo foi realizado na quadra da Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves e contou com a presença de profissionais da saúde e um enorme quantitativo de profissionais da educação (Figura 1).

Após a conferência foi aplicado o questionário preliminar facultativo, que contribuiu para a identificação do olhar dos professores e dos gestores escolares sobre inclusão. Foram preenchidos 150 questionários, o que foi considerado um número bastante satisfatório, a julgar pela heterogeneidade do público participante, que incluía profissionais que não eram necessariamente ligados à educação. A análise dos dados (Quadro 3) mostra que 94% concordavam totalmente com a importância da inclusão na sociedade (Q.1); 87% sabiam da existência da lei que assegura o direito das pessoas com deficiência (Q.2); 62% concordavam com o conceito de deficiência (Q.3); 45% concordavam total ou parcialmente que a pessoa com deficiência tem direito à educação assegurado apenas no nível básico, provavelmente por desconhecerem que o direito é assegurado por lei em todos os níveis educacionais (Q.4); 41% discordavam total ou parcialmente da afirmação de que a escola possui um Plano Político Pedagógico (PPP) que assegure o AEE, seja por desconhecer a sua existência ou por reconhecer que seu local de trabalho não havia elaborado tal plano (Q.5); 96% concordavam total ou parcialmente que é previsto em lei a necessidade de profissional de apoio escolar (Q.6); 28% desconhecem o fato de que a deficiência não afeta a plena capacidade civil de

concordância total ou parcial com a afirmativa (Q.7); 100% concordavam totalmente que é dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com Deficiência (Q.8); 95% concordavam totalmente que a avaliação da Deficiência deve ser realizada por equipe multiprofissional (Q.9) e 92% concordavam

Profissionais inscritos	Quantidade (nº)	Percentual(%)
Professores	15	41,7
Professores (recursistas)	7	19,4
Orientadores	6	16,7
Psicólogos	2	5,5
Fonoaudiólogos	2	5,5
Cargos administrativos	1	2,8
Monitor	1	2,8
Educador social	1	2,8
Psicopedagoga	1	2,8
TOTAL	36	100

Quadro 4: Perfil profissional dos concluintes do CFCEE.

totalmente que o poder público é responsável pela formação de professores para o AEE (Q.10). As questões 4, 5 e 7 foram as que geraram maior variedade de respostas, o que demonstrou, mais uma vez, a importância da realização do CFCEE.

Os concluintes do curso estão organizados no Quadro 4. É possível perceber que a grande maioria destes (61,1%) eram professores de salas regulares ou de SRMs. Foram inscritos 91 interessados no CFCEE, incluindo profissionais administrativos, da saúde e da educação. Todavia, 58 interessados iniciaram o curso e, destes, 36 o concluíram. Alguns motivos dessa discrepância foram levantados nas respostas ao questionário de avaliação do curso (Quadro 5).

A análise das respostas ao questionário do Quadro 5 mostra que 100% dos participantes consideraram o curso importante para sua prática profissional, 69% nunca haviam participado de curso semelhante (dos que já haviam cursado, a maioria o havia feito há mais de 2 anos da data), 86% confirmaram que o conhecimento adquirido estava sendo utilizado no cotidiano profissional e pessoal e 77% poderiam repassar

1. *Você já participou de algum curso semelhante antes?*
 Sim Não. Em caso afirmativo, há quanto tempo?
2. *Você tem participado de todas as aulas do curso?*
 Sim
 Não. Caso sua resposta seja não, diga os motivos que provocaram suas faltas
 O(s) tema(s) não me interessa(m)
 As aulas não são interessantes
 O curso é muito longo
 Falta de tempo
 Motivo de saúde
 Não fui liberado(a) do meu trabalho
 Dificuldade de transporte
 Outro. Especifique
3. *Você considera esse curso importante para a sua prática profissional?*
 Sim
 Não Justifique sua resposta.
4. *Você tem utilizado algum conhecimento adquirido no seu cotidiano profissional e pessoal?*
 Sim
 Não Dê um exemplo
5. *Você acredita que poderia repassar a outros profissionais alguma atividade que aprendeu nesse curso?*
 Sim
 Não. Qual?
6. *Dê duas sugestões de temáticas que gostaria de ter maior conhecimento.*
7. *Você tem alguma(s) sugestão(ões) para tornar o curso mais atrativo?*
 Sim
 Não. Em caso afirmativo, cite pelo menos uma sugestão

Quadro 5: Questionário de avaliação do CFCEE.

a outros o conhecimento teórico e prático que adquiriu nesse curso. 36% afirmaram terem faltado a alguma aula e, destes, 14% tiveram problemas de saúde e 14% confessaram que o fizeram por não terem sido liberados do trabalho. Este último dado mostra que, embora o poder público assuma a importância da formação continuada, na prática cotidiana ainda existem incoerências. O tempo de duração do curso (8 meses) e a dificuldade de obtenção de liberação das atividades por parte das chefias imediatas podem ter se constituído entraves à participação. Dentre as diversas sugestões de temas a serem incluídos no curso ou para o tornarem mais atrativo, pode-se citar: ampliação da divulgação inicial; confecções de materiais, exercícios e atividades para trabalhar no dia a dia; mais atividades práticas; disponibilização de material impresso; plataforma à distância mais adequada; blog com experiências de professores e recursos utilizados; inclusão de temas como epilepsia, transtornos psíquicos, psicoterapia, neurociência, etc...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Cursos de formação continuada destinados a professores já vêm sendo desenvolvidos pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de EE, em parceria com o Programa Universidade Aberta do Brasil, ofertando cursos de formação continuada na modalidade à distância. A modalidade à distância dificulta a discussão e a reflexão coletivas dos casos vividos na realidade de cada unidade escolar, embora seja mais conveniente administrativamente pois o participante não necessita da liberação de suas atividades laborais. Na presente pesquisa, foi proposto um curso de modalidade mista, com momentos presenciais, onde os conteúdos teóricos fossem correlacionados com as situações cotidianas.

Esta pesquisa mostrou que o processo de aprendizagem no contexto da formação continuada em grupo pode ser significativo e inovador para construir um avanço na qualidade do AEE e da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. O interesse em participar do curso pode trazer a possibilidade de revisão (ou criação) dos PPPs das escolas, de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas inclusivas e de suas posturas, uma integração entre os professores das SRMs e regulares, reflexão/discussão coletiva diante dos casos, outros entendimentos sobre educação inclusiva e o papel do professor. O curso possibilitou um espaço de compartilhamento de experiências, de apresentação das dificuldades e de discussão para resoluções dos problemas, dando significado ao novo conhecimento adquirido e permitindo uma postura ativa do professor. Até onde chega nosso conhecimento, este é o primeiro curso de formação continuada no Brasil a abranger tantas temáticas da EE de forma presencial e à distância, o que só foi possível graças à qualidade do quadro de professores e de profissionais formados pelo CMPDI/UFF.

Foi possível identificar que o município dispõe de legislação que trata da formação e atuação dos profissionais da EE e cumpre com a determinação legal em admitir profissionais com o perfil exigido para atuar nas SRMs, porém a diversidade de diagnósticos no atendimento da EE dificulta a eficácia do trabalho, ocasionando insegurança do profissional. Nesse sentido, a proposta do CFCEE trouxe contribuições. Um exemplo notado na mudança do olhar dos professores foi a identificação de 16 estudantes com AH/SD nas escolas após as aulas do 1º módulo, algo que ainda não havia sido registrado no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

IBIAPINA, I.M.L.M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília DF: Líber Livro Editora, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JORGE, N.M.; PEREIRA, P.S. **Formação continuada de professores de Matemática e a pesquisa colaborativa**. *Crítica Educativa*, v.3, n.2, p.159-172, 2017.

LIKERT, R. A **Technique for the Measurement of Attitudes**. *Archives of Psychology*, v.22, n.140, p.5-55, 1932.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os Professores e a Sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração de Incheon**. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.